



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**OBJETO:** Aquisição eventual e futura de cestas básicas de alimentos e produtos de higiene/limpeza, destinadas ao atendimento do benefício eventual de auxílio alimentação, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Araras

#### **INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar a necessidade, a viabilidade técnica e a viabilidade econômica da contratação de empresa para o fornecimento de cestas básicas, destinadas ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Araras.

1.2. Este documento constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e subsidia a elaboração do Termo de Referência e o prosseguimento do processo licitatório, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação decorre da necessidade de garantir o benefício eventual de auxílio alimentação às famílias em situação de vulnerabilidade temporária, social e econômica, observado o direito social à alimentação e a disciplina da assistência social prevista na Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

2.2. A concessão das cestas básicas visa assegurar segurança alimentar e condições mínimas de dignidade aos usuários acompanhados pela rede socioassistencial, especialmente por CRAS, CREAS e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social de Araras.

2.3. A atuação está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assegurando a proteção social básica e/ou especial, conforme o caso.

#### **ÁREA REQUISITANTE**

3.1. Secretaria/Unidade requisitante:

Secretaria Municipal de Assistência Social de Araras.



## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A empresa contratada deverá fornecer cestas básicas completas, devidamente montadas, embaladas e entregues nos locais indicados pela Administração, conforme ordem de fornecimento e cronograma estabelecido.

4.2. Os produtos deverão ser novos, não perecíveis, isentos de pragas, adequadamente embalados e com identificação clara, contendo:

Nome do produto;

Marca;

Peso líquido;

Número de lote;

Data de fabricação;

Prazo de validade;

Instruções de armazenamento e consumo, quando aplicável.

3. Validade mínima dos produtos:

Recomenda-se validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega, ressalvados os produtos cujo prazo legal ou comercial seja inferior, hipótese em que se admite, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo total de validade.

4.4. A contratada deverá observar as exigências sanitárias aplicáveis, podendo o edital exigir:

Alvará ou Licença Sanitária expedido pela vigilância sanitária competente;

Comprovação de regularidade sanitária dos veículos utilizados no transporte;

Comprovação de que os produtos estão em conformidade com as normas da ANVISA.

## **ESTIMATIVA DA DEMANDA**

5.1. A estimativa da quantidade de cestas básicas deve considerar:

Histórico de concessões dos últimos 12 (doze) meses;

Média mensal de atendimentos pela Secretaria;

Eventual expansão da cobertura assistencial;

Possibilidade de aumento sazonal da demanda (períodos festivos, invernos, etc.).

5.2. Como exemplo de metodologia, ETP consultado utilizou o histórico de aproximadamente 14.400 (quatorze mil e quatrocentas) cestas no ano anterior e estimou 18.000 (dezoito mil) cestas para o exercício seguinte, considerando



incremento do atendimento e impossibilidade de prever com exatidão a demanda anual.

5.3. No caso deste Município, com base no histórico e nas projeções da Secretaria, estima-se a necessidade de 18 mil (dezoito mil) cestas básicas para o período de 12 (doze) meses, com entregas parceladas conforme a necessidade administrativa.

5.4. A demanda será atendida mediante sistema de registro de preços, com fornecimento parcelado, evitando a aquisição integral imediata e permitindo adequação à demanda efetiva.

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de cestas básicas compostas por:

Gêneros alimentícios não perecíveis devidamente acondicionados em embalagem única (cesta).

6.2. A entrega parcelada reduz necessidade de estocagem excessiva, minimiza risco de vencimento de produtos e permite adequação do fornecimento à demanda efetiva da Secretaria.

6.3. Cada cesta básica deverá conter a quantia de itens, observadas as especificações detalhadas no Termo de Referência.

### **LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES**

7.1. Foram avaliadas, em linhas gerais, as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Licitação própria:

Realização de licitação própria para contratação do fornecimento de cestas básicas pelo Município, com composição específica definida pela área técnica.

7.2. Após análise, verificou-se que a licitação própria tende a ser mais adequada quando a Administração necessita de:

Composição específica da cesta;

Padronização dos itens;

Controle de qualidade/apuração de rejeição de produtos;

Entregas conforme cronograma próprio.

7.3. Em caso semelhante consultado, a alternativa de adesão a outro processo foi considerada inviável justamente porque não contemplava todos os itens e especificações desejados pela secretaria demandante.



## **ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES**

8.1. A solução de licitação própria mostra-se mais vantajosa quando o órgão precisa definir detalhadamente a composição da cesta e garantir que todos os itens atendam às especificações da área técnica.

8.2. A adesão a registro de preços de outro órgão pode ser vantajosa quando:

Há compatibilidade total de especificações;

Os preços são competitivos;

Há disponibilidade de saldo na ata;

Prazos de entrega são compatíveis.

8.3. Diante do caso concreto, considerando a necessidade de composição específica da cesta e controle direto da demanda, optou-se pela licitação própria.

## **MODALIDADE E FORMA DE CONTRATAÇÃO**

9.1. Considerando tratar-se de bens comuns, com especificações usuais de mercado, a solução mais adequada é a realização de PREGÃO ELETRÔNICO, preferencialmente pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), com julgamento pelo menor preço global, conforme a necessidade do órgão.

9.2. O uso do Registro de Preços é especialmente pertinente quando a demanda é estimada, mas variável ao longo do exercício, permitindo contratações parceladas sem obrigatoriedade de aquisição integral imediata.

9.3. A contratação será realizada por lote único (cesta completa), evitando múltiplos vencedores e perda de economia de escala.

## **ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DA CESTA BÁSICA**

10.1. Cada cesta básica deverá conter a quantia de itens, observadas as especificações do Termo de Referência.

## **ESTIMATIVA DE CUSTO**

11.1. O valor estimado da contratação deverá ser obtido mediante pesquisa de preços, com consulta a:

Contratações similares de outros órgãos;

Banco de preços públicos;

Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);





Cotações diretas com fornecedores;

Demais fontes admitidas pela Lei nº 14.133/2021.

11.2. Para este processo, com base na pesquisa de preços realizada, estima-se:

Valor unitário estimado por cesta:

Quantidade estimada anual:

Valor total estimado da contratação:

11.3. A memória de cálculo detalhada constará do Termo de Referência e/ou do processo de licitação.

### **JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO**

12.1. O parcelamento da execução, com entregas sucessivas durante 12 (doze) meses, mostra-se adequado para:

Atender à demanda efetiva da Secretaria;

Evitar formação de estoque excessivo;

Reduzir perdas por vencimento ou deterioração;

Melhorar a gestão logística e financeira da contratação.

12.2. Tal sistemática também favorece a adequação do fornecimento às flutuações sazonais da demanda.

### **BENEFÍCIOS ESPERADOS**

13.1. Com a contratação, pretende-se:

Assegurar a continuidade da oferta do benefício eventual de auxílio alimentação;

Garantir atendimento digno às famílias em situação de vulnerabilidade;

Promover maior economicidade por meio de licitação competitiva;

Padronizar os itens das cestas;

Obter ganho de escala;

Garantir celeridade administrativa;

Melhor aproveitar os recursos públicos.

### **PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS**

14.1. Antes da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:



Elaboração do Termo de Referência;

Realização da pesquisa de preços;

Definição dos fiscais e gestor do contrato/ata;

Verificação da dotação orçamentária;

Definição dos locais e rotinas de recebimento e conferência;

Preparação de critérios de controle de qualidade e validade dos produtos;

Publicação do extrato do ETP, quando exigido

## **SUSTENTABILIDADE**

15.1. A contratação deverá observar, quando aplicável, critérios de sustentabilidade, com incentivo à:

Redução de desperdícios;

Racionalização logística;

Separação adequada dos produtos;

Atendimento às exigências ambientais e sanitárias cabíveis;

Preferência, quando viável, por produtos com embalagem reciclável ou com menor impacto ambiental.

## **RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

16.1. Entre os principais riscos identificados estão:

Planejamento deficiente;

Especificação inadequada do objeto;

Contratação de fornecedor sem capacidade operacional suficiente;

Atraso nas entregas;

Fornecimento de produtos com validade incompatível;

Rejeição de produtos na fiscalização.

16.2. Como medidas preventivas, recomendam-se:

Definição clara da composição da cesta;

Revisão cuidadosa do Termo de Referência;

Exigência de qualificação técnica compatível;



Fiscalização adequada da execução;

Aplicação de penalidades previstas no edital e no contrato, quando houver descumprimento.

## **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

17.1. Diante das análises realizadas, conclui-se pela VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA da contratação de empresa para fornecimento parcelado de cestas básicas, mediante Pregão Eletrônico, preferencialmente pelo Sistema de Registro de Preços, por se tratar da solução mais adequada ao interesse público e às necessidades da Secretaria requisitante.

17.2. Assim, recomenda-se o prosseguimento do feito com a elaboração do Termo de Referência e demais atos da fase preparatória.

Araras, 28 de maio de 2026

*Eliana C. Zaniboni*  
**ELIANA CHIGNOLI ZANIBONI**

**Divisão do Fundo Municipal SMAS**

*Caroline Mazon Gomes*  
**CAROLINE MAZON GOMES**  
**Chefe de Coordenadoria**